

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 163.494 - SP (2019/0027051-8)

RELATOR : **MINISTRO BENEDITO GONÇALVES**
SUSCITANTE : JUÍZO FEDERAL DA 3A VARA DE EXECUÇÕES FISCAIS DA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE SÃO PAULO
SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA 8A VARA DE ARAPIRACA - SJ/AL
INTERES. : VALMIR SANTOS PEREIRA
INTERES. : FAZENDA NACIONAL

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. EXECUÇÃO FISCAL E AÇÃO DE DESCONSTITUIÇÃO DE DÉBITO TRIBUTÁRIO CUMULADA COM DANOS MORAIS. REUNIÃO. VARA ESPECIALIZADA PARA JULGAR EXECUÇÕES FISCAIS. COMPETÊNCIA ABSOLUTA. REUNIÃO DOS PROCESSOS. IMPOSSIBILIDADE. COMPETÊNCIA DO JUÍZO FEDERAL DA 8A VARA DE ARAPIRACA - SJ/AL

DECISÃO

Trata-se de conflito negativo de competência suscitado pelo JUÍZO FEDERAL DA 3A VARA DE EXECUÇÕES FISCAIS DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE SÃO PAULO em desfavor do JUÍZO FEDERAL DA 8A VARA DE ARAPIRACA - SJ/AL, nos autos da ação declaratória de inexistência de débito cumulada com reparação por danos morais ajuizada contra a União.

O juízo suscitado declarou-se incompetente para o julgamento da causa, nos seguintes termos (fls. 423-430):

De início, verifico que os débitos tributários ora impugnados encontram-se consubstanciados nas Certidões de Dívida Ativa de n. 80.2.05.020121-00, 80.6.06.156574-16, 80.6.11.128969-66 e 80.2.13.040893-77, as quais fundamentam as execuções fiscais de n. 0026293-22.2007.4.03.6182 e 0026552-36.2015.4.03.6182, em trâmite na 3ª e 5ª Vara Federal da Seção Judiciária de São Paulo respectivamente.

Portanto, como a presente demanda pretende essencialmente a desconstituição dos débitos lá em cobro, torna-se evidente o risco de serem adotadas decisões conflitantes em caso de persistência dos autos nesse juízo, na medida em que sendo julgada procedente a presente demanda, tal provimento irremediavelmente intervirá no curso das execuções fiscais alicerçadas nas CD As ora impugnadas.

Em casos tais, o Código de Processo Civil determina que sejam os autos distribuídos por dependência ao juízo prevento.

[...]

Outrossim, o diploma legal em comento, em seu art. 59, disciplina que o registro ou a distribuição da petição inicial torna prevento o juízo. Assim,

verifico estarem presentes as hipóteses ventiladas pelos art. 55, § 3º c/c art. 286, III do CPC.

Releva invocar julgado que enfrenta questão análoga, e igualmente decidiu pela competência do juízo onde foi ofertada a execução fiscal. Confira-se:

[...]

Ante o exposto, declaro a incompetência deste juízo para processar e julgar o presente feito. Reconheço como competentes, por prevenção, os Juízos da 3ª Vara Federal (Processo de n. 0026293-22.2007.4.03.6182; CDAs de n. 80.2.05.020121-00 e 80.6.06.156574-16) e 5ª Vara Federal (Processo de n. 0026552-36.2015.4.03.6182; CDAs de n. 80.6.11.128969-66 e 80.2.13.040893-77) da Seção Judiciária de São Paulo. Determino a remessa dos autos aos juízos competentes.

Se não houver recurso, dê-se baixa na distribuição e remetam-se os autos aos juízos de destino.

Afasto a prevenção apontada pelo sistema, porquanto se refere à causa de pedir e pedido distintos.

O juízo suscitante, por sua vez, aduz que (fls. 2-5):

A demanda ordinária proposta por Valmir Santos pereira tem por objeto desconstituir vínculo societário do autor com o Auto Posto Almeida Lima Ltda.

Segundo alegou na ação ordinária, o autor perdeu os documentos pessoais e, por tal razão, de forma fraudulenta, foi incluído no quadro societário da empresa executada, gerando apontamento negativo de seu nome no cadastro de inadimplentes.

A conexão tem por objetivo a reunião de ações para julgamento conjunto, com o fim de promover a economia processual e evitar o julgamento conflitante entre os juízos competentes.

Segundo o Código de Processo Civil, ocorre a conexão e, portanto, as ações devem ser reunidas, quando entre duas ou mais ações lhes for comum o pedido ou a causa de pedir:

[...]

A reunião entre ações conexas pressupõe juízo competente para o julgamento de ambas.

Por isso, nem sempre o reconhecimento da conexão resultará na reunião dos feitos. A modificação da competência pela conexão apenas será possível nos casos de competência relativa.

A existência de vara especializada em razão da matéria contempla hipótese de competência absoluta, como no caso das varas de execuções fiscais para processar e julgar título extrajudicial em face a débitos inscritos em dívida ativa da União e de suas autarquias. Sendo de competência absoluta, é improrrogável, nos termos do art. 65 do CPC:

[...]

Por isso, este Juízo não tem competência para análise do pedido de desconstituição de vínculo societário ou mesmo do pedido de danos morais pela alegada inclusão indevida do nome do autor no cadastro de inadimplentes.

Seja porque a conexão não possibilita a modificação da competência absoluta, seja porque é vedada a cumulação em juízo incompetente para apreciar uma das demandas, não é possível a reunião dos feitos no caso em

análise, devendo ambas as ações tramitarem de forma separada.

O entendimento encontra-se pacificado na jurisprudência, conforme colaciono:

[...]

O débito cobrado em nome do autor Valmir Santos Pereira estaria em execução perante este Juízo, inscrição n. 80.2.05.020121-00 e n. 80.6.06.0156574-16, conforme narrou o juízo da 8ª Vara Federal Cível da Seção Judiciária de Alagoas, na decisão que declinou de sua competência para 3ª Vara Federal (fls. 32/33).

De fato, tais inscrições são cobradas nos autos do executivo fiscal n. 026293-2.2007.403.6182, em trâmite neste Juízo.

No entanto, na execução mencionada, não houve redirecionamento em face ao sócio, autor da ação ordinária. Sequer houve pedido de redirecionamento formulado pela exequente.

O processo permaneceu suspenso, enquanto pendente análise do parcelamento, desde o ano 2010 (fl.69 da EF) até a União informar não ter ocorrido a consolidação dos débitos (fl. 70 da EF).

Deferido o pedido de bloqueio de ativos financeiros em nome da empresa executada, o resultado foi negativo (fl. 74 e verso). Após, ausente requerimento/cia

exequente para prosseguimento do processo, houve o retorno dos autos ao arquivo sobrestado (fl. 75 verso).

Diante dos fatos narrados, este Juízo não tem competência para analisar pedido de desconstituição de vínculo societário, fundamentado em fraude/simulação, tampouco o tem para apreciar o pedido de danos morais.

Ainda, o autor Valmir Santos Pereira sequer é parte da execução fiscal. Não houve redirecionamento para alcançar quaisquer sócios responsáveis. Por fim, se o nome do autor encontra-se no cadastro de inadimplentes não foi medida resultante dos autos em análise.

Pelo exposto, suscito conflito negativo de competência, nos termos do artigo 66, II, do CPC, determinando seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Presidente do Egrégio Superior Tribunal de Justiça, com cópias dos autos da execução fiscal, da ação ordinária aqui proposta e desta decisão.

Determino o traslado de cópia dessa decisão para os autos da execução fiscal 2007.61.82.026293-2.

É o breve relatório. Decido.

A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é firme no sentido de que, verificada a conexão entre a ação anulatória de débito fiscal e a execução fiscal, é possível a reunião de processos em virtude da relação da prejudicialidade existente entre tais demandas, de modo a evitar decisões conflitantes e desde que essa reunião não importe em alteração de competência absoluta, uma vez que é vedada a cumulação de ações em juízo incompetente para apreciar uma das demandas.

Nesse sentido, confirmam-se:

PROCESSUAL CIVIL. CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. EXECUÇÃO FISCAL. AÇÃO ANULATÓRIA AJUIZADA ANTERIORMENTE. CONEXÃO. NORMA DE ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA. EXISTÊNCIA DE VARA ESPECIALIZADA PARA JULGAR EXECUÇÕES FISCAIS. REUNIÃO DOS PROCESSOS. IMPOSSIBILIDADE. SUSPENSÃO DA

EXECUÇÃO. GARANTIA DO JUÍZO. NECESSIDADE.

1. Esta Seção, ao julgar o CC 106.041/SP (Rel. Min. Castro Meira, DJe de 9.11.2009), enfrentou situação semelhante à dos presentes autos, ocasião em que decidiu pela impossibilidade de serem reunidas execução fiscal e ação anulatória de débito precedentemente ajuizada, quando o juízo em que tramita esta última não é Vara Especializada em execução fiscal, nos termos consignados nas normas de organização judiciária. No referido julgamento, ficou consignado que, em tese, é possível a conexão entre a ação anulatória e a execução fiscal, em virtude da relação de prejudicialidade existente entre tais demandas, recomendando-se o simultaneus processus. Entretanto, nem sempre o reconhecimento da conexão resultará na reunião dos feitos. A modificação da competência pela conexão apenas será possível nos casos em que a competência for relativa e desde que observados os requisitos dos §§ 1º e 2º do art. 292 do CPC. A existência de vara especializada em razão da matéria contempla hipótese de competência absoluta, sendo, portanto, improrrogável, nos termos do art. 91 c/c 102 do CPC. Dessarte, seja porque a conexão não possibilita a modificação da competência absoluta, seja porque é vedada a cumulação em juízo incompetente para apreciar uma das demandas, não é possível a reunião dos feitos no caso em análise, devendo ambas as ações tramitarem separadamente. Embora não seja permitida a reunião dos processos, havendo prejudicialidade entre a execução fiscal e a ação anulatória, cumpre ao juízo em que tramita o processo executivo decidir pela suspensão da execução, caso verifique que o débito está devidamente garantido, nos termos do art. 9º da Lei 6.830/80.

2. Pelas mesmas razões de decidir, o presente conflito deve ser conhecido e declarada a competência do Juízo suscitado para processar e julgar a ação anulatória de débito fiscal.

(CC 105.358/SP, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 13/10/2010, DJe 22/10/2010)

TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL E AÇÃO ANULATÓRIA DE DÉBITO FISCAL. IMPOSSIBILIDADE. REUNIÃO. VARA ESPECIALIZADA. COMPETÊNCIA ABSOLUTA. INTIMAÇÃO. CONTRIBUINTE PRESO NO MESMO DIA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 282/STF. FUNDAMENTAÇÃO CONSTITUCIONAL. COMPETÊNCIA EXCLUSIVA DO STF.

1. Não se conhece da insurgência contra a ofensa dos arts. 102 e 111 do CPC, pois os referidos dispositivos legais não foram analisados pela instância de origem. Dessa forma, não se pode alegar que houve presquestionamento da questão, nem ao menos implicitamente.

2. Ausente, portanto, o indispensável requisito do prequestionamento, o que atrai, por analogia, o óbice da Súmula 282/STF: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando não ventilada, na decisão recorrida, a questão federal suscitada".

3. O Tribunal de origem, ao analisar a questão, fê-lo com base na interpretação do art. 5º, LIV e LV, da Constituição Federal, o que afasta a análise pelo STJ, sob pena de invadir a competência do STF, e não emitiu juízo de valor a respeito da lei federal tida por violada.

4. Assim, incide a Súmula 126: "É inadmissível recurso especial, quando o acórdão recorrido assenta em fundamento constitucional e infraconstitucional, qualquer deles suficiente, por si só, para mantê-lo, e a parte vencida não manifesta recurso extraordinário." 5. O STJ entende pela impossibilidade de serem reunidas execução fiscal e ação anulatória de débito precedentemente ajuizada, quando o juízo em que tramita esta última não é Vara Especializada em Execução Fiscal, nos termos consignados nas normas de organização judiciária. Precedentes: CC 105.358/SP, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Primeira Seção, DJe 22/10/2010; CC 106.041/SP, Rel.

Ministro Castro Meira, Primeira Seção, DJe 9/11/2009 e AgRg no REsp 1463148/SE, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 8/9/2014.

6. Recurso Especial parcialmente conhecido e, nessa parte, não provido.

(REsp 1587337/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 17/05/2016, DJe 01/06/2016)

No presente caso, observa-se que se trata de ação em que o autor objetiva desconstituir os débitos existentes em seu nome, bem como condenar a União em danos morais por força da inclusão indevida do seu nome no cadastro de inadimplentes.

No entanto, havendo vara especializada para julgar execução fiscal, no caso o juízo suscitante, que detém competência absoluta em razão da matéria, não é possível haver a reunião entre a referida ação e o feito executivo.

Ressalte-se, por relevante, que constatando haver prejudicialidade entre as mencionadas demandas, "cumprido ao juízo em que tramita o processo executivo decidir pela suspensão da execução, caso verifique que o débito está devidamente garantido, nos termos do art. 9º da Lei 6.830/80" (CC 106.041/SP, Rel. Ministro Castro Meira, Primeira Seção, DJe 09/11/2009)

Ante o exposto, **conheço do conflito de competência para declarar a competência do JUÍZO FEDERAL DA 8ª VARA DE ARAPIRACA - SJ/AL, o suscitado.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 27 de novembro de 2019.

Ministro BENEDITO GONÇALVES
Relator